

## ARTIGOS

# A ORDEM URBANO-REGIONAL NA DEPENDÊNCIA RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA: O CASO DO BRASIL

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro\**

*Nelson Diniz\*\**

\*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, RJ, Brasil

\*\*Colégio Pedro II, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### Resumo

*O objetivo do artigo é dialogar com o clássico debate sobre a urbanização dependente, com base na seguinte pergunta inicial de investigação: Até que ponto, ainda hoje, a ordem urbano-regional brasileira é determinada, entre outros fatores, pelas relações de dependência? Defende-se a hipótese de que a articulação contemporânea entre rentismo e neoextrativismo reforça a situação de dependência do Brasil, abrindo caminho para dinâmicas urbanas diversificadas, vinculadas a processos como a reprimarização, a financeirização e a desindustrialização do país. Trata-se, em termos metodológicos, de resgatar a tradição dos estudos urbanos latino-americanos que buscavam formas mais abrangentes e totalizantes de explicar as relações entre poder, acumulação e produção do espaço, ressaltando, ao fazê-lo, tópicos para uma agenda de pesquisa em torno da “nova urbanização dependente”.*

### Palavras-chave

*Financeirização; Neoextrativismo; Espaço Urbano; Dependência; Rentismo; Urbanização Dependente; Ordem Urbano-Regional.*

## ARTICLES

# THE URBAN-REGIONAL ORDER IN RENTIER-NEO-EXTRACTIVIST DEPENDENCE: REFLECTIONS FROM BRAZIL

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro\**

*Nelson Diniz\*\**

\*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, RJ, Brazil

\*\*Colégio Pedro II, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

### Abstract

*The aim of this article is to engage in a dialogue with the classic debate on dependent urbanization, based on the following initial research question: to what extent, even today, is the Brazilian urban-regional order determined, among other factors, by relations of dependence? The hypothesis argues that the contemporary articulation between rentierism and neo-extractivism reinforces Brazil's situation of dependence, paving the way for different urban dynamics, linked to processes such as reprimarization, financialization and deindustrialization of the country. In methodological terms, this involves rescuing the tradition of Latin American urban studies that sought more comprehensive and totalizing ways of understanding the relationships between power, accumulation and production of space, highlighting, in doing so, topics for a research agenda around the "new dependent urbanization".*

### Keywords

*Financialization; Neoextractivism; Urban Space; Dependency; Rentierism; Dependent Urbanization; Urban-Regional Order.*

# A ORDEM URBANO-REGIONAL NA DEPENDÊNCIA RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA: O CASO DO BRASIL

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

*Nelson Diniz*

## Introdução

Este artigo dialoga com o clássico debate sobre a urbanização dependente latino-americana, realizado nos anos 1960-70, feito com base na seguinte pergunta inicial de investigação: Até que ponto, ainda hoje, a ordem urbano-regional do Brasil é determinada, entre outros fatores, pelas relações de dependência? Trata-se, portanto, de articular as reflexões sobre as atuais tendências da urbanização brasileira ao “campo ampliado da dependência” (Svampa, 2023, p. 260). Além disso, o conceito de ordem urbana (e regional) aqui utilizado (Ribeiro, 2017) remete à necessidade de pensar essas tendências à luz dos atributos políticos, econômicos e sociais que estruturam a acumulação de poder e riqueza no país.

Sustenta-se, também, que o capitalismo contemporâneo é caracterizado por um padrão de acumulação rentista, no qual o controle da propriedade é mais importante do que o comando direto do processo de produção (Christophers, 2020; Paulani, 2022). Isso quer dizer que, na atualidade, ao menos para os principais agentes capitalistas, os rendimentos derivados da propriedade (rendas, juros, dividendos) predominam *vis-à-vis* os rendimentos derivados da produção (lucros propriamente ditos). Considera-se que o rentismo, ao marcar “de modo incisivo o processo contemporâneo de acumulação”, também “altera os meios e os resultados da relação de dependência” (Paulani, 2022, p. 87). Observa-se, ainda a esse respeito, que, no caso da América Latina, o rentismo contemporâneo, sobretudo o que está fundado na extração de recursos naturais, atualiza a “maldição da abundância” (Schuldt; Acosta, 2006, p. 72).

---

1. Para Schuldt e Acosta (2006), na ausência de alternativas, a profusão de recursos naturais na América Latina tende a distorcer a estrutura e a alocação de recursos econômicos dos países da região, concentrando riqueza, gerando pobreza e consolidando “mentalidades rentistas”.

Assim, se o Brasil do século XXI é um país que foi convertido, após o esgotamento da industrialização substitutiva, não só em plataforma de exportação de *commodities* agrícolas e minerais, mas em plataforma de valorização financeira, isso se deu no contexto de uma nova forma histórica da dependência. Hoje, a dependência diz respeito, fundamentalmente, ao modo como a periferia e a semiperiferia do sistema-mundo são submetidas à predominância do rentismo e reposicionadas na divisão internacional do trabalho. Uma vez que a dominação imperialista é, agora, ainda maior do que na fase do debate clássico sobre a dependência, o Brasil, por exemplo, que já foi um país semiperiférico, passa por um processo de reperiferização, que acentua tendências como a desindustrialização e a reprimarização de sua pauta exportadora.

Mas, apesar das novidades, defende-se a validade de perspectivas clássicas como a de Castells e Vélez (1973), exposta em *Imperialismo y urbanización en América Latina*, coletânea que foi um marco do debate sobre a urbanização dependente. Para compreender as especificidades da urbanização latino-americana, os autores afirmavam que, a despeito da diversidade, era preciso enfatizar o que, naquele momento, unia os países da região em termos de processo econômico-político, a saber, “certa similitude no lugar que ocupam no sistema de relações do imperialismo” (p. 1, tradução nossa). Considera-se que isso ainda é verdadeiro, tanto quanto a “hipótese diretriz” formulada por Castells (1973), ao sugerir que o espaço latino-americano expressa “a articulação de formas espaciais derivadas dos diferentes tipos de dominação que marcaram a história do continente” (*ibid.*, p. 7-8, tradução nossa).

Nessa mesma coletânea e em texto anterior, Quijano ([1968] 2014, 1973) também defendeu que era necessário “explorar a associação entre o processo de dependência e o de urbanização na América Latina” (p. 76, tradução nossa). E, ao fazê-lo, o autor destacou dois aspectos fundamentais: (i) as mudanças no perfil da rede urbana em cada um dos períodos do sistema de dependência; e (ii) as transformações no conteúdo da sociedade urbana que habita essa rede.

Singer (1973), por sua vez, apesar de colaborar com a referida coletânea, criticou as elaborações de Castells (1973) e Quijano ([1968] 2014, 1973). Para ele, além de operar em elevado nível de abstração, tais elaborações promoveriam uma apologia do capitalismo nacional, ao supor que, nos períodos em que a dependência foi diminuída ou questionada, a urbanização da América Latina teria sido mais equilibrada. Singer (*ibid.*) acreditava, ademais, que o problema fundamental não residia nas relações entre dependência e urbanização, mas sim na gênese e na expansão do capitalismo monopolista na região. Conforme esse autor, ainda que existissem, por exemplo, “relações causais significativas entre dependência e marginalidade”,

elas deveriam ser estudadas em um nível mais concreto, no qual “a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para tornar-se um entre os vários fatores que incidem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalidade” (*ibid.*, p. 312, tradução nossa).

Claro está que as polêmicas entre Castells, Quijano e Singer não esgotam toda a tradição da teoria urbana crítica latino-americana, que, naquele momento, se ocupava, entre outros problemas e objetos, das relações entre urbanização e dependência. Na mesma conjuntura, Pradilla e Jiménez (1973) publicaram, por exemplo, seu *Arquitectura, urbanismo e dependencia neocolonial*, com o qual ofereciam uma crítica ao papel da arquitetura e do urbanismo como instrumentos de dominação “no interior da estrutura de estruturas que é a formação social dependente neocolonial colombiana” (*ibid.*, p. 10, tradução nossa). Também é de 1973 outra famosa coletânea, intitulada *Urbanización y dependencia en América Latina*, organizada por Schteingart. Na sequência, autores como Kalmanovitz (1982) ampliaram as objeções às teorias da dependência em geral, ao mesmo tempo que autores como o próprio Pradilla (1984, 1987) questionavam alguns conceitos centrais das teorias da urbanização dependente, como foi o caso de suas críticas ao conceito de marginalidade.

Seja como for, defendem-se, aqui, a necessidade e a urgência de retomar os debates sobre a urbanização dependente. A hipótese central de trabalho é a de que a articulação contemporânea entre rentismo e neoextrativismo reforça a situação de dependência do Brasil, abrindo caminho para dinâmicas urbanas diversificadas, vinculadas a processos como a reprimarização, a financeirização e a desindustrialização do país. Trata-se, em termos metodológicos, de resgatar a tradição dos estudos urbanos latino-americanos que buscavam formas mais abrangentes e totalizantes de explicar as relações entre poder, acumulação e produção do espaço, ressaltando, ao fazê-lo, tópicos para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa em torno da “nova urbanização dependente”.

Para contribuir com a atualização desse debate, o artigo está dividido em mais quatro seções além desta introdução. Na primeira, apresenta-se uma síntese das formas históricas da dependência. Na segunda, defende-se uma caracterização própria da atual forma da dependência, designada “rentista-neoextrativista”. Na terceira, recorrendo aos argumentos de Oliveira (1978) e Kowarick (1979), propõe-se uma periodização do urbano no Brasil baseada não só nas relações de dependência, mas também em um padrão de alternância entre períodos de ambiguidade estrutural do Estado e períodos de predominância da superexploração do trabalho e da espoliação urbana. Na Conclusão, ressaltam-se os referidos tópicos para o desenvolvimento de futuras investigações sobre a urbanização dependente no Brasil contemporâneo.

## 1. As formas históricas da dependência

O campo ampliado da dependência é atravessado por grandes polêmicas. Desde os trabalhos seminais de Gunder Frank (1969), Cardoso e Falleto ([1969] 1984), Dos Santos (1970), Marini ([1973] 2005) e Bamberger ([1972] 2013), estabeleceu-se amplo debate a respeito do que é a dependência e de como ela mudou ao longo do tempo. Para Dos Santos (*ibid.*), por exemplo, a dependência deve ser identificada com:

- i. Os sucessivos arranjos da economia mundial e suas leis de desenvolvimento;
- ii. As relações econômicas dominantes nos centros e a maneira como elas se articulam com os espaços periféricos; e
- iii. As relações econômicas existentes na periferia, que é conduzida, em uma combinação de determinações internas e externas, à situação de dependência.

Com base nessa abordagem, Dos Santos (1970) distinguiu três formas históricas da dependência:

- i. A dependência colonial;
- ii. A dependência financeiro-industrial, consolidada no final do século XIX; e
- iii. A dependência tecnológico-industrial, pós-segunda guerra.

Mas há outras abordagens e periodizações, importando ressaltar, apenas, que o debate sobre as relações de dependência estimulou a constante necessidade de atualizar os termos dessas mesmas relações. O próprio Dos Santos (1970) identificou a dependência tecnológico-industrial como uma nova dependência. No mesmo período, Cardoso e Falleto ([1969] 1984) referiam-se, igualmente, a um novo tipo, que daria lugar ao capitalismo dependente e associado. E, daí por diante, houve um esforço permanente de atualizá-la, uma vez que ela “nunca foi uma categoria estática; ao contrário, foi pensada e aplicada como uma noção dinâmica e recursiva” (Svampa, 2023, p. 479).

Celso Furtado, por exemplo, publicou, em 1985, *La nueva dependencia: deuda externa y monetarismo* [A nova dependência: dívida externa e monetarismo]. O título indica o caminho de reflexão escolhido pelo autor: o endividamento externo latino-americano, administrado em consonância com o monetarismo, estava aprofundando as relações de dependência, que haviam sido ao menos relativizadas no período desenvolvimentista.

Como se sabe, essa primeira rodada de ajuste da economia brasileira constitui a “pré-história” da adesão das elites do país às reformas neoliberais. Tais reformas, a partir da década de 1990, aprofundaram ainda mais a situação de dependência, erodindo o mínimo que havia sido feito em termos de instalação, no Brasil, de um sistema produtivo complexo, diversificado e integrado. E foi nessa última década, em 1995, que veio a público *A globalização e a “novíssima dependência”*, de José Luís Fiori. Nele, depois do balanço das teorias da dependência, o autor defende a atualidade do método de análise dependentista. Cumpre mencionar que, em sua caracterização da novíssima dependência, além da centralidade do poder financeiro e do controle dos processos de inovação pelos principais agentes do sistema-mundo capitalista, Fiori ressalta os constrangimentos à gestão macroeconômica nos países periféricos.

Paulani (2022) também realizou, mais recentemente, um balanço do pensamento dependentista, propondo uma caracterização da atual forma histórica da dependência: a dependência 4.0. Além dos aportes de Fiori (1995), Paulani (*ibid.*) enfatiza as contribuições de Marini (1995; [1973] 2005), sobretudo as presentes em *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*, texto no qual Marini (1995) atualiza o que ele mesmo havia estabelecido em *Dialética da dependência*, de 1973, obra na qual se destaca o conceito de superexploração do trabalho.

Como observa Paulani (2022), nessa atualização Marini (1995) defende que a superexploração tende a se generalizar, inclusive nos países centrais. Mas isso comprometeria a teoria da dependência proposta originalmente pelo autor, uma vez que, naquela ocasião, Marini ([1973] 2005) sustentou que a superexploração dos trabalhadores da periferia funcionava como uma espécie de compensação interna ante as relações de dependência. Os capitalistas da periferia, submetidos à transferência de valor para o centro, compensavam essa subtração via superexploração do trabalho<sup>2</sup> (Amaral; Carcanholo, 2009). Assim, se essa condição, que acelera a dilapidação da força de trabalho, se generaliza, o que daria fundamento à dependência contemporânea? A resposta estaria sobretudo no monopólio tecnológico e na segmentação da produção global.

Paulani (2022) sugere, então, que as distintas caracterizações da dependência, incluindo a “dependência original cepalina”, sejam colocadas em um *continuum* de formas históricas, como resumido no Quadro 1.

---

2. A superexploração assume quatro formas principais: (i) aumento da intensidade do trabalho; (ii) prolongamento das jornadas; (iii) apropriação capitalista de parte do fundo de consumo dos trabalhadores; e (iv) ampliação do valor da força de trabalho sem incremento salarial (Amaral; Carcanholo, 2009).

<b>Formas históricas/ autores</b>	<b>Mecanismos de transferência do valor</b>	<b>Descrição</b>
<b>Dependência original</b> (cepalina)	Trocas desiguais	Derivada da posição primário-exportadora da periferia. O benefício dos países centrais decorre das relações comerciais caracterizadas por trocas desiguais.
<b>Nova dependência I</b> (Theotônio Dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto)	Remuneração do capital estrangeiro empregado na produção interna	Internacionalização dos mercados internos periféricos. O benefício dos países centrais decorre da garantia de mercados extras para suas multinacionais.
<b>Nova dependência II</b> (Celso Furtado)	Remuneração do capital monetário estrangeiro (endividamento)	Transferência para o centro de uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário emprestado aos países periféricos.
<b>Novíssima dependência</b> (José Luís Fiori e Ruy Mauro Marini)	Monopólio do progresso tecnológico e constrangimentos à gestão macroeconômica periférica	Concentração do progresso tecnológico e dos processos decisórios. Os mercados são desregulados e a estrutura produtiva se segmenta. O acesso à tecnologia se restringe e as economias periféricas são empurradas para uma gestão macroeconômica “sadia”.

Quadro 1. Formas históricas da dependência

Fonte: Elaborado com base em Paulani (2022).

E é baseando-se nesse *continuum* que Paulani (2022) propõe rebatizar a novíssima dependência, substituindo-a pela expressão “dependência 4.0”: uma forma histórica da dependência que “não passa mais primordialmente pelas relações de troca”, mas que “estaria assentada no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso” (*ibid.*, p. 69). Em suma, para essa autora, as características da novíssima dependência devem ser associadas aos atributos eminentemente rentistas e às tendências de digitalização/plataformização do capitalismo do século XXI.

## 2. A dependência rentista-neoextrativista

Considerando o que foi dito até aqui, pode-se afirmar que a dependência contemporânea está fundada ao menos nos seguintes aspectos:

- i. Na neoliberalização, na globalização e na financeirização;
- ii. Nas políticas macroeconômicas definidas no centro;
- iii. No avanço das tecnologias da informação e comunicação, que reforçou a concentração dos processos decisórios e a segmentação das estruturas produtivas;
- iv. No controle sobre as inovações exercido pelas grandes corporações (com destaque para as *big techs*) e pelos estados centrais; e



- v. No controle das mercadorias-conhecimento e dos bens intangíveis. O que não quer dizer que a produção material, especialmente de *commodities* agrícolas e minerais, não deva ser levada em conta. Na verdade, há, no cenário de reprimarização das economias dependentes, uma importância renovada das atividades primário-exportadoras.

E é justamente a combinação entre o rentismo, as tecnologias 4.0 e o reposicionamento na divisão internacional do trabalho que aproxima a reflexão sobre a dependência do conceito de neoextrativismo. Trata-se de um conceito com diferentes significados, dentre os quais se destaca o que sugere as oportunidades que teriam sido abertas aos países latino-americanos no “superciclo das *commodities*” (2003-2014).

Para Svampa (2023), esse ciclo correspondeu ao consenso das *commodities*, de acordo com o qual os governos progressistas latino-americanos deveriam promover a especialização da economia dos países na exportação de bens agrícolas e minerais, utilizando os recursos oriundos dessa especialização para impulsionar projetos de desenvolvimento e solucionar problemas históricos. No entanto, as críticas a essa concepção do neoextrativismo assinalam o fracasso dos projetos “neo-desenvolvimentistas” e o enorme passivo, em termos de conflitos socioambientais, resultante da ênfase na exportação de *commodities*. Tudo isso levou Svampa (2023) a afirmar que a “nova dependência [...] deve ser lida à luz do extrativismo dominante” (*ibid.*, p. 493).

Em síntese, atualmente, o conceito de neoextrativismo é reconhecido, por vários autores e autoras, como o padrão de acumulação predominante na América Latina, fundado na exploração intensiva de bens agrícolas, minerais e energéticos, visando à exportação, ao mesmo tempo que cria (ou recria) diversas modalidades de conflito em torno da apropriação da natureza e dos territórios. Surge, assim, uma atualização do extrativismo clássico, marcada pelos projetos em grande escala, pela maior integração aos mercados globais, inclusive financeiros, tanto quanto pela fragmentação/segmentação das cadeias produtivas. Ao lado de Svampa (2018, 2023), autores como Gudynas (2009), Acosta (2011) e Zibechi (2017) têm se empenhado, principalmente, em denunciar as consequências do neoextrativismo, não apenas do ponto de vista socioambiental, como também no que se refere ao seu papel em termos de reafirmação da condição dependente e subordinada da América Latina no sistema mundial. Autores como Linera (2013), por sua vez, sustentaram, em especial no período do superciclo das *commodities*, as oportunidades advindas do neoextrativismo.

Mas é igualmente importante considerar o “conceito ampliado de extrativismo” (Gago; Mezzadra, 2017, p. 574), de acordo com o qual a lógica da extração supõe forte exterioridade/indiferença do capital diante do trabalho vivo, da cooperação social e da sustentabilidade dos padrões de relação com a natureza. E, atualmente, essa lógica teria extrapolado os sítios do extrativismo clássico. Trata-se de reflexões muito semelhantes ao debate sobre o rentismo, as quais problematizam um conjunto de operações do capital que, indo além do extrativismo em sentido estrito, isto é, das atividades primário-exportadoras, vincula essas e outras atividades aos circuitos da logística e das finanças (Arboleda, 2020).

E é assim que a mineração de dados, a extração de rendas das classes populares via endividamento, a captura de rendas urbanas e a exploração do trabalho via plataformas digitais, assim como a apropriação do patrimônio genético/cultural de povos tradicionais etc., são consideradas formas de neoextrativismo.

Pensemos no caso da Uber. Trata-se de uma empresa global que, em função do monopólio que detém sobre sua plataforma digital, é capaz de extrair rendas, além de dados, não só dos trabalhadores, mas também dos consumidores/usuários dessa mesma plataforma. E isso é feito sem que se responsabilize totalmente pelo processo produtivo em si, pela prestação, de fato, do serviço de transporte. É como se a empresa estivesse em relação com um conjunto de colaboradores que pagam rendas para ter acesso a sua plataforma. Ou seja, de sua posição de exterioridade, a Uber estaria extraindo renda dos motoristas parceiros, oriunda do serviço prestado aos usuários. No limite, nada lhe diz respeito, a não ser o bom funcionamento da plataforma.

No entanto, visto de outro modo, pode-se afirmar que a natureza das plataformas digitais, que exercem estreito controle do trabalho, apesar de remoto e algorítmico, coloca em funcionamento uma situação que parece se enquadrar melhor nos mecanismos da superexploração do trabalho, sobretudo quando se consideram a externalização de custos/riscos e a intensidade/duração das jornadas de trabalho. Cumpriria mencionar, ainda, o trabalho dos consumidores, ao avaliar as tarefas executadas, o que tem gerado discussões sobre o consumidor que participa da produção.

Seja como for, o importante é sublinhar que o poder de extração, de dados e de valor, das plataformas está fundado muito mais no controle das relações de propriedade do que no controle direto das relações de produção, como sugerem os conceitos de rentismo e neoextrativismo aqui adotados. Que empresas estão em condições de competir com a Uber, oferecendo plataformas que tenham seu alcance e capilaridade? Que empresas têm a mesma capacidade de criar e controlar redes, exercendo, aí, sua dominação financeiro-informacional? A despeito da existência de empresas congêneres e da criação de plataformas alternativas, tudo isso,

até agora, tem se mostrado incapaz de comprometer o poder concentrado dessa empresa, fundado no monopólio que exerce sobre sua plataforma, para cuja criação e operação são indispensáveis grandes volumes de capital financeiro e enorme densidade de informação, além de capacidades logísticas complexas.

Note-se que essa configuração de poder das plataformas digitais parece ter sido antecipada por Castells (1996), ao propor que “a empresa em rede concretiza a cultura informacional/global: transforma sinais em *commodities*, processando conhecimentos” (*ibid.*, p. 192). Ou seja, o poder de criar e manipular redes “sociais” e “empresariais” seria cada vez mais relevante em termos de dominação capitalista. E não há dúvidas de que casos como esse, de empresas que, partindo do centro e atuando em rede, se apoderam de grandes parcelas dos mercados de bens e serviços digitais em economias periféricas, são paradigmáticos nas condições da dependência rentista-neoextrativista. Ainda a título de ilustração, pode-se refletir sobre o caso da Airbnb, que captura uma parcela das rendas oriundas do aluguel temporário dos imóveis de seus anfitriões. Segundo dados da própria empresa, seus serviços, no Brasil, em 2022, tiveram “aumento de 31% em comparação com o ano anterior, totalizando 5,2 bilhões de dólares, o equivalente a 5,2% de toda a atividade turística direta no Brasil” (Oxford Economics, 2023, p. 4).

Por fim, a caracterização da dependência aqui defendida também recorre aos argumentos de Fontes (2010). De acordo com a autora, atualmente o enorme volume de capitais portadores de juros e/ou fictícios, centralizados e concentrados, exerce uma pressão sem precedentes em relação ao trabalho e à natureza. Esses capitais precisam encontrar, cada vez mais, oportunidades lucrativas e alternativas de negócios, conectando os canais da valorização financeira e da valorização produtiva e colocando tudo e todos à sua disposição, o que é feito por intermédio de diferentes mecanismos de expropriação e mercantilização.

No que concerne ao trabalho, por exemplo, Fontes (2010) sugere que as expropriações primárias (de terras/meios de produção rurais), conducentes à migração campo-cidade, foram substituídas por diversas modalidades de expropriação secundária (de direitos, de condições básicas de vida etc.) das populações reunidas nos espaços urbanos. Sem dúvida, essa é uma abordagem que encontra correspondências na generalização da lógica das expulsões, que, conforme Sassen (2016), expressa a hipertrofia das finanças e é responsável por promover não só a precarização das condições de trabalho e de reprodução social, mas também novas rodadas de mercantilização da terra (rural e urbana) e dos recursos naturais. Tudo isso deixando um rastro de destruição e de deslocamento de outras modalidades de apropriação do território.

Ampliando os argumentos de Fontes (2010) e Sassen (2016), advoga-se, aqui, o seguinte: no Brasil contemporâneo, o urbano foi convertido não só no suporte, como igualmente no objeto de pressões que combinam, de maneiras complexas, tendências de exploração, extração, expropriação e espoliação. E isso é fundamental para definir a atual forma histórica da dependência, estabelecendo suas conexões com o urbano, que acompanham a conversão do Brasil em plataforma de exportação; de valorização financeira e de expansão dos serviços digitais urbanos. Plataformas que funcionam, hoje, como os principais eixos da dependência.

### 3. A ordem urbano-regional brasileira na dependência rentista-neoextrativista

Como já se afirmou, a leitura aqui defendida da ordem urbano-regional brasileira é tributária do debate clássico acerca das especificidades da dinâmica urbana dos países da América Latina, interessando resgatar, nesta seção, as elaborações de Oliveira (1978) e Kowarick (1979).

Escrevendo na mesma conjuntura político-intelectual que deu lugar a obras como *Imperialismo y urbanización en América Latina*, Oliveira (1978) sustentava que era no urbano que começava “a sintetizar-se, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil” (*ibid.*, p. 67). Em sua opinião, não havia, naquele momento, nenhuma dimensão da vida nacional que não fosse refletida “num problema urbano ou num problema que explode como urbano” (*ibid.*). Entretanto, para ele, não se deveria concentrar toda a atenção numa fenomenologia dos problemas urbanos; era preciso buscar explicações abrangentes a respeito das causas desses mesmos problemas, o que demandava uma periodização do urbano no Brasil, com base nos processos de acumulação, de formação das classes sociais e do Estado capitalista.

Depois de analisar os períodos colonial, imperial e da República Velha, caracterizados pela hegemonia agrarista, Oliveira (1978) propôs que, a partir de 1930, o urbano brasileiro tornou-se a expressão da “chamada mobilidade horizontal-vertical, que socialmente legitimava o crescimento industrial, oferecia perspectivas individuais e mesmo de classe” (*ibid.*, p. 72). Por mobilidade horizontal entenda-se o significativo fluxo demográfico para as grandes cidades, cujo crescimento abria oportunidades de mobilidade social ascendente. Assim, o que estava em movimento era a concretização de um período no qual “o horizonte de possibilidades parecia oferecer tudo a todos” e no qual, excepcionalmente, ocorreu uma “fusão entre a nação e o Estado”, o Estado crescendo “por afirmação da nação” (*ibid.*).

Cabe sinalizar o sentido atribuído, neste artigo, a termos como “afirmação” e “construção” da nação. Trata-se de um conjunto de processos que tendem a estabelecer:

- i. Níveis mínimos de homogeneização social;
- ii. Formas mais ou menos democráticas de estabilização dos conflitos sociais internos;
- iii. Encadeamentos e solidariedade territorial das distintas regiões do país; e
- iv. Mecanismos de reação às forças de desarticulação do território nacional advindas do nível externo.

No caso brasileiro, isso foi realizado de maneira desigual e parcial, pois nunca houve um Estado-nação completamente constituído. Ou melhor, a fusão entre a nação e o Estado foi sempre instável. O que ocorreu, em casos como o brasileiro, foram somente ensaios interrompidos de construção da nação (Furtado, 1992).

De todo modo, o período iniciado nos anos 1930 teria correspondido a uma típica situação de “ambiguidade estrutural do Estado”, em que as classes dominantes tiveram de admitir níveis significativos de participação social, e, eventualmente, política<sup>3</sup>, do proletariado urbano, com o intuito de se opor às oligarquias agrárias. E tudo isso teria repercutido em ensaios de construção da nação, cujas expressões mais importantes se davam no urbano: a expansão da indústria e dos meios de transporte, o crescimento das grandes cidades, a afirmação dos direitos trabalhistas etc., ainda que amplas camadas populares, rurais e urbanas, permanecessem marginais a esse processo.

Pode-se dizer, portanto, que a ordem urbana, nesse período, foi marcada por menor desigualdade distributiva – ao menos quando comparada com o tratamento dos problemas sociais e urbanos no período anterior, de prevalência do agrarismo, do modelo primário-exportador e do Estado liberal mínimo –, ainda que persistissem expressivas desigualdades regionais.

Como observam Pochmann e Silva (2023), foi somente a partir desse período que uma fração das classes populares foi contemplada com o “acesso ao consumo de bens e serviços da Era Industrial” e com a definição de “parâmetros da cidadania regulada por legislação específica, composta por direitos sociais e trabalhistas” (*ibid.*, p. 68). No que concerne à questão urbana, foi nesse período, coincidente com o relativo enfraquecimento dos laços de dependência, que tiveram lugar iniciativas como a Lei do Inquilinato (Brasil, 1942) e a criação da Fundação da Casa Popular (*ibid.*, 1946), que, apesar de suas limitações, expressavam um padrão de resposta até então inexistente para o problema da moradia nas cidades brasileiras.

---

3. A distinção entre participação social e política aqui utilizada acompanha os argumentos de Kowarick (1979), que tendem a identificar o primeiro caso com as possibilidades de “usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento” e o segundo com a capacidade de “interferir nos destinos desse desenvolvimento” (*ibid.*, p. 27).

Não se trata de fazer a apologia do capitalismo nacional, como propunha Singer (1973) em sua polêmica com Castells (1973) e Quijano ([1968] 2014; 1973). Ou, ainda, de assinalar a existência de um processo de urbanização/industrialização mais equilibrado. Estavam em curso, no período em análise, e esse é o centro da contribuição de Oliveira (1978) aqui resgatada, tendências que se expressavam na forma de uma ambiguidade estrutural do Estado brasileiro e de suas relações com o urbano. Estado que, para garantir a expansão do capitalismo, precisava trazer para dentro do pacto social industrializante algum nível de atendimento dos interesses das classes populares, especialmente do proletariado fabril. A ambiguidade, porém, estava dada, a exemplo do que se passou, na maior parte do tempo, em termos do fechamento das possibilidades de participação e de organização política autônoma dos trabalhadores.

Mas, ainda de acordo com Oliveira (1978), esse período foi substituído por outro, iniciado com a “Restauração Kubitschek” (1956-1961) e consolidado após o golpe militar de 1964.

Inicialmente, a ambiguidade permaneceu, tornando-se, na verdade, mais aguda. Formulou-se, de maneira explícita, a questão regional nordestina, para cuja solução foi criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Cresceram as lutas sociais, notadamente em nome da reforma agrária. Buscou-se regular as relações de arrendamento e de trabalho no campo, na forma do Estatuto do Trabalhador Rural (Brasil, 1963), sancionado já no Governo João Goulart. Foi também em 1963 que se manifestaram tentativas de sistematizar os principais aspectos da questão urbana brasileira, como foi o caso da realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ).

Contudo, foi a partir desse primeiro momento que a economia brasileira e seu processo de industrialização foram cada vez mais capturados pela expansão das empresas multinacionais. Desse modo, no meio do caminho entre a afirmação nacional e o aprofundamento da dependência, estabeleceu-se todo tipo de impasses, acompanhando o agravamento das crises econômica e institucional. Por fim, o golpe militar suprimiu a ambiguidade, abrindo espaço, de fato, para o novo momento.

Ainda segundo Oliveira (1978), foi nesse novo momento, coincidente com a metropolização do país, que o urbano se converteu na “antinação”, ou melhor, que surgiu o “urbano antinação”, na forma do “assentamento definitivo da produção e do controle político-social na cidade”, importando, acima de tudo, “colocar, pela repressão, toda a massa trabalhadora sem calças” (*ibid.*, p. 73). Os problemas urbanos se multiplicaram, atingindo, principalmente, as classes populares. Os benefícios da sinergia entre expansão capitalista e urbanização foram capturados, quase

exclusivamente, pelas elites e as classes médias. Basta pensar no direcionamento prioritário do crédito habitacional para esses segmentos, no contexto do estabelecimento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (Brasil, 1964a).

Após uma fase de estabilização, houve expressivo crescimento econômico, mas as desigualdades sociais aumentaram em ritmo ainda maior. Por fim, refletindo o movimento geral de modernização conservadora, a transformação do latifúndio em empresa rural, como preconizado no Estatuto da Terra (Brasil, 1964b), expulsou cada vez mais trabalhadores do campo. Ao mesmo tempo, as grandes cidades, em especial as do Sudeste, foram transformadas em aglomerações amplamente dualizadas e polarizadas, lócus privilegiado da expansão das massas populares sobranes em relação ao modelo econômico.

E foi justamente analisando esse período, o do surgimento do “urbano anti-nação”, que Kowarick (1979, p. 55) cunhou a expressão “espoliação urbana”. Em seu argumento, ao lado da superexploração, que promove a dilapidação da força de trabalho na esfera da produção, a espoliação urbana, isto é, a inexistência ou a precariedade do acesso à habitação e aos bens e serviços de consumo coletivo, acentua essa dilapidação na esfera da reprodução.

Pode-se dizer, portanto, que foi nesse período que a burguesia brasileira consolidou seu processo de desnacionalização, tanto em termos de propriedade do capital nos setores mais dinâmicos da economia como de defesa de um projeto de desenvolvimento autônomo, ainda que, ao menos até o início dos anos 1980, o Estado permanecesse suficientemente forte e atuante nos setores estratégicos para a sustentação da expansão econômica. Essa expansão fundou-se sobretudo na concentração de renda e no endividamento externo, na passagem da “nova dependência I” para a “nova dependência II”. De toda maneira, a modernização conservadora do país resultou na formação de um aparelho produtivo complexo, diversificado e integrado (Pochmann; Silva, 2023). As desigualdades regionais não foram eliminadas, mas se estabeleceram fortes encadeamentos, espaciais e inter-setoriais, no território nacional.

Em suma, a ambiguidade estrutural do Estado havia sido totalmente contida e a nova burguesia “associada” dispensava, na promoção de seu pacto de poder e na configuração da ordem urbano-regional, a participação social e, acima de tudo, política das classes populares, cujos interesses, tanto na esfera da produção como na da reprodução, foram amplamente negligenciados.

Enfim, neste artigo, defende-se que, no decorrer da maior parte do século XX, a ordem urbano-regional brasileira oscilou entre a ambiguidade estrutural (1930-1964) e a aberta combinação entre superexploração do trabalho e

espoliação urbana (1964-1985), o último caso correspondendo ao advento do urbano antinção (Oliveira, 1978) e ao aprofundamento das relações de dependência. Sustenta-se, do mesmo modo, que as abordagens de Oliveira (1978) e Kowarick (1979) são úteis para delimitar dois períodos subsequentes, quais sejam: (i) a “longa década de 1980”; e (ii) o período de inflexão ultraliberal e de agravamento da crise urbana brasileira, entre 2016 e 2022, iniciado com o golpe parlamentar que interrompeu o segundo Governo Dilma Rousseff (2015-2016).

O primeiro período se estende do final dos anos 1970 até o golpe de 2016. Nele, destacam-se, inicialmente, eventos como as greves do ABC paulista, a formação de entidades sindicais e de movimentos sociais autônomos e a promulgação da Constituição de 1988, documento que se configurou como a expressão jurídica de um novo momento de ambiguidade estrutural e de ascensão do pacto social e de poder que viria a substituir as formas de dominação prevalecentes na ditadura civil-militar (1964-1985). Mas como se expressou essa ambiguidade?

Por um lado, foi no contexto da crise política e econômica dos anos 1980 que começaram a se articular, mais intensamente, as forças sociais e políticas que disputariam a possibilidade de inscrever e pôr em prática, no novo ordenamento constitucional do país, os interesses e as demandas do trabalho organizado, dos movimentos sociais do campo e da cidade, além das reivindicações mais amplas em termos de direitos civis, políticos e sociais. Eram forças eminentemente progressistas e distributivistas, cabendo mencionar, por exemplo, a formação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e sua mobilização em torno da aprovação da Emenda Popular da Reforma Urbana, o que foi feito apenas parcialmente, nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 (Brasil, 1988).

Por outro lado, justamente na sequência da promulgação da Constituição de 1988, o neoliberalismo adquiriu maior influência no Brasil, o que viria a repercutir em ações concretas, como privatizações, já no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992). Daí por diante, o que ocorreu, em diferentes esferas de governo, refletiu as tensões entre o programa social distributivista parcialmente cristalizado na Constituição de 1988 e o ajuste do país às sucessivas rodadas de neoliberalização. Em todo caso, o que predominou foram as iniciativas neoliberalizantes, a começar pela condução da política macroeconômica, fundada no tripé metas de inflação, superávit primário e, a partir de 1999, câmbio flutuante. Ainda que, mesmo nos marcos da “novíssima dependência”, as lutas sociais rurais e urbanas dos anos 1990 tenham resultado, por exemplo, no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), na expansão da reforma agrária via desapropriação e, no segundo governo FHC (1999-2002), na aprovação do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001).



Essa ambiguidade permaneceu ao longo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), isto é, no período do “lulismo”, que, para Singer (2012), “existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento” (*ibid.*, p. 9). E, para o autor, é precisamente o “caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação” (*ibid.*).

Aqui, pode-se mencionar, como exemplo paradigmático no âmbito da ordem urbana, o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009, que é um indicador bastante adequado das contradições entre os polos social-liberal e abertamente neoliberal que constituíram o núcleo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Acompanhando a tendência de combinação entre reforma gradual e pacto conservador (Singer, 2012), pretendia-se, nesse caso, encontrar uma solução que atendesse tanto aos apelos pelo direito à moradia como aos interesses de expansão dos mercados imobiliários e da construção civil. Tudo isso no contexto do enfrentamento da crise de 2008, mas também diante da retomada dos debates sobre o desenvolvimento nacional, na forma atualizada do “neodesenvolvimentismo”, tanto no segundo Governo Lula (2007-2010), especialmente após a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, como nos governos Dilma Rousseff (2011-2016). Entretanto, como se sabe, esses debates e iniciativas não foram muito além das tentativas de conciliação entre, de um lado, as políticas sociais focais, o crédito ao consumo e a valorização do salário mínimo e, de outro, a manutenção do tripé macroeconômico estabelecido nos anos 1990.

Assim, a despeito do significativo incremento dos investimentos e dos gastos públicos, como no caso da educação, além de sensível ampliação da participação social e política das classes populares, o rentismo financeiro e a especialização renovada na exportação de *commodities* agrícolas e minerais ganharam cada vez mais espaço.

No que concerne à questão regional, cabe recordar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD), lançada em 2003 e instituída, de fato, em 2007. No entanto, também nesse caso, apesar da retomada dos debates sobre as desigualdades regionais do país, a iniciativa encontrou muitas dificuldades em termos de implementação, diante da hegemonia neoliberal e dos impasses em torno do pacto federativo.

Pois bem, como no caso do século XX, a ambiguidade estrutural do Estado converteu-se, mais uma vez, em contradição irreconciliável, acompanhando a crescente polarização política (pós-eleições presidenciais de 2014) e a recessão de 2014-2016. No novo cenário, alguns dos agentes que mais se beneficiaram do reformismo gradual e conservador dos governos do PT estiveram na vanguarda do golpe de 2016, como foi o caso de vários representantes do agronegócio. Esses e outros

agentes aderiram, entusiasticamente, ao programa ultraliberal da “Ponte para o Futuro”, do Governo Temer (2016-2019), que se destacou pela aprovação do Teto de Gastos, em 2016, e da Reforma Trabalhista, em 2017. Tudo isso refletiu no Governo Bolsonaro (2019-2022), responsável não só por radicalizar a inflexão ultraliberal, na forma, por exemplo, da aprovação da Reforma Previdenciária de 2019, como também por colocar em movimento tendências autocráticas e disruptivas, que culminaram em uma tentativa de golpe de Estado para impedir a posse do terceiro Governo Lula.

Enfim, o que se quer ressaltar é justamente a nova oscilação da ambiguidade estrutural (longa década de 1980) para a aberta combinação, ao menos no período de inflexão ultraliberal (2016-2022), entre superexploração do trabalho e espoliação urbana, no âmbito da qual os níveis de participação social e política das classes populares foram drasticamente diminuídos. Isso ficou explícito no agravamento da crise urbana, bem como na expansão da informalidade e do trabalho precário/plataformizado, sobretudo nas grandes cidades.

A diferença, no entanto, é a seguinte: nessa nova oscilação, mesmo no período de ambiguidade estrutural, houve pouquíssimo ou nenhum espaço para o questionamento das relações de dependência. Essas relações seguem, como visto acima, em um *continuum* de aprofundamento desde os anos 1980 e incidem, cada vez mais diretamente, sobre a ordem urbano-regional.

Ainda é preciso construir as corretas mediações entre as atuais tendências da urbanização brasileira e a nova forma histórica da dependência. É possível explorar essas mediações por meio de conceitos como o de “padrão de reprodução do capital” (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 37) e o de “padrão de desenvolvimento capitalista” (Filgueiras, 2018, p. 524). Exemplo bem-sucedido do uso do primeiro conceito com essa finalidade, considerando o caso do Chile, pode ser encontrado em Tonin (2021). Mas, no geral, observa-se que, ao contrário do que ocorreu no século XX, atualmente a dependência (rentista-neoextrativista) está destruindo, em vez de conformar, o aparelho produtivo relativamente complexo, diversificado e integrado que existia no país. Do ponto de vista socioterritorial, ela está acentuando o que Pacheco (1998) chamou de fragmentação da nação. Inclusive porque as próprias formas e configurações espaciais (empresas públicas, infraestruturas, capital fixo etc.) que constituíam esse aparelho e articulavam o território se tornaram “objetos” e não apenas “marcos” da acumulação, na forma das privatizações e concessões.

E isso não poderia deixar de ter impactos na rede e na ordem urbana brasileira, nas relações inter-regionais, assim como na ascensão de um novo tipo de urbanização dependente, caracterizada pela crise das grandes cidades, pela

financeirização e digitalização dos espaços urbanos e pelo relativo deslocamento do poder e do dinamismo econômico (ou ao menos dos maiores índices de crescimento econômico) para centralidades emergentes. A expansão dessas centralidades decorre da produção de *commodities* minerais e petrolíferas (Pessanha; Silva Neto, 2004; Cruz, 2003; Melo; Cardoso, 2016), das atividades logísticas (Diniz; Gonçalves, 2022; Yassu, 2021) e do agronegócio (Elias; Pequeno, 2007), ao mesmo tempo que as metrópoles experimentam os efeitos concentrados da desindustrialização (Ribeiro, 2024).

Em resumo, o que estamos chamando de “nova urbanização dependente” supõe, em termos metodológicos, o início da construção de uma tipologia de dinâmicas urbanas fortemente determinadas pelos principais eixos da atual forma histórica da dependência brasileira. A Figura 1, a seguir, ajuda a compreender o que está em questão.

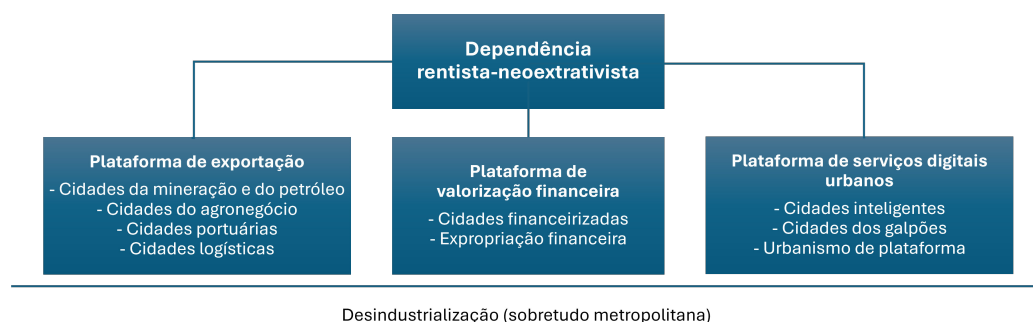


Figura 1. Tipologia de dinâmicas urbanas vinculadas à nova forma histórica da dependência

Fonte: Elaborado pelo autores.

Ou seja, trata-se de um conjunto de ajustes espaço-temporais (Harvey, 2013) da ordem urbano-regional brasileira que acompanha a conversão do país em plataforma de exportação, em plataforma de valorização financeira, mas também em plataforma de expansão dos serviços digitais urbanos. Esses ajustes são caracterizados pelo fato de que sua dinâmica e suas expressões morfológicas são impostas, em larga medida, por forças que não são controladas pela “Nação”.

#### 4. Conclusão

Sustentou-se, neste artigo, que a articulação contemporânea entre rentismo e neoextrativismo reforça a histórica situação de dependência do Brasil, com importantes repercussões na ordem urbano-regional. Essa afirmação está em sintonia com reflexões propostas, por exemplo, por Pochmann (2022) e Bombardi (2023), que têm chamado atenção para tendências de perda da soberania nacional diante

da emergência de relações neocoloniais de dominação. Daí a importância da retomada do debate sobre a urbanização dependente. Porque os temas e problemas centrais de obras como *Imperialismo y urbanización en América Latina* indicavam justamente o estabelecimento de uma “ordem urbana do imperialismo”, termo utilizado, mas não desenvolvido, por Castells e Vélez (1973, p. 3). Ou seja, diante do aprofundamento da dependência latino-americana, a produção social do espaço estaria cada vez mais determinada pelo que se passa no nível das relações de subordinação da periferia ao centro do sistema-mundo capitalista. E isso parece ainda mais verdadeiro nos dias de hoje.

Isso posto, concluímos enunciando alguns tópicos que se desdobram dos argumentos aqui apresentados e que podem se tornar linhas de investigação a respeito da nova urbanização dependente:

- i. A atual forma histórica da dependência e a ordem urbano-regional que lhe corresponde expressam e aprofundam o caráter antissocial, antinacional e antidemocrático do capitalismo brasileiro.
- ii. Nesse contexto, as classes dominantes do país foram definitivamente convertidas em algo como burguesias compradoras (Poulantzas, 1978), quer dizer, classes direta e amplamente submetidas aos interesses capitalistas internacionais.
- iii. Essas mesmas classes renunciaram ao mínimo de autonomia em termos de gestão macroeconômica e abandonaram, por completo, o controle da matriz espacial do capitalismo brasileiro. E isso se manifesta, principalmente, na destruição da capacidade estatal de realizar, ainda que em nome do capital, o planejamento urbano-regional, arbitrando as relações entre interesse geral e interesses privados.
- iv. A produção social do espaço urbano, em especial as atividades imobiliárias, está sendo crescentemente subordinada à lógica de valorização do capital fictício.
- v. Essa submissão direta à lógica de valorização do capital fictício, que opera, no mundo todo, em busca de novos “direitos de apropriação do valor”, repercute, tanto no campo como na cidade, em processos como a superexploração do trabalho, a mercantilização da terra e a privatização de bens comuns.
- vi. Há que considerar, ainda, a possibilidade de que um volume significativo de capitais sobreacumulados, advindos das atividades

primário-exportadoras brasileiras, esteja sendo deslocado para os circuitos da valorização imobiliária.

- vii. Por fim, é necessário dizer que está em curso o aprofundamento da fusão histórica entre a “questão urbana” e a “questão nacional”, na medida em que é nas cidades, em especial nas metrópoles, que estão se concentrando as consequências mais graves da perda do controle da nossa historicidade no capitalismo global, na forma da contradição identificada por Sampaio Jr. (1999) entre nação e barbárie.

Esses e outros tópicos, que parecem confirmar a hipótese da emergência de uma ordem urbano-regional sob dominação imperialista, exigem que se retome o debate político e acadêmico em torno da reforma urbana e do direito à cidade no Brasil. É preciso que esse debate esteja conectado não só com as reflexões sobre o desenvolvimento nacional, mas que também contribua para promover uma verdadeira “revolução democrática”, no sentido de Florestan Fernandes (1980) – uma revolução capaz de “instaurar”, mais do que “restaurar”, a democracia, e que “busca incorporar o povo à Nação” (*ibid.*, p. 58). Sem dúvida, essa proposição, escrita no início da redemocratização brasileira, é igualmente válida hoje, em um contexto de “reconstrução da nação”, após graves ameaças de ruptura democrática.

## Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo y neoextrativismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. *Más Allá del desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katál*, v. 12, n. 2, p. 216-225, jul./dez. 2009.
- ARBOLEDA, M. *Planetary Mine: Territories of Extraction under Late Capitalism*. London: Verso, 2020.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, [1972] 2013.
- BOMBARDI, L. M. *Agrotóxicos e o colonialismo químico*. São Paulo: Elefante, 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 21 ago. 1942.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.777 de 06 de setembro de 1946. Estabelece bases financeiras para a “Fundação da Casa Popular” e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 10 set. 1946.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 18 mar. 1963, retif. 22 mar. 1963.

- BRASIL. Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 set. 1964[a].
- \_\_\_\_\_. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 30 nov. 1964[b].
- \_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 jul. 2001.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, [1969] 1984.
- CASTELLS, M. La urbanización dependiente en América Latina. In: CASTELLS, M. (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 1.
- CASTELLS; M.; VÉLEZ, P. Presentación. In: CASTELLS, M. (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- CHRISTOPHERS, B. *Rentier capitalism: who owns the economy, and who pays for it?* London: Verso, 2020.
- CRUZ, J. L. V. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo*: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- DINIZ, N.; GONÇALVES, P. As cidades dos galpões: dinâmica e contradições da urbanização logística. *eMetropolis*, ano 12, n. 49, p. 6-15, 2022.
- DOS SANTOS, T. The structure of dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, p. 25-39, maio 2007.
- FERNANDES, F. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo: 2012.
- FIORI, J. L. *A globalização e a novíssima dependência*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (UFRJ), 1995. (Texto para discussão, n. 343).
- FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set./dez. 2018.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV: Editora da UFRJ, 2010.

- FURTADO, C. *La nueva dependencia: deuda externa y monetarismo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: a construção interrompida*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GAGO, V.; MEZZADRA, S. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism: a Journal of Economics, Culture & Society*, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extrativismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP; CLAES. *Extrativismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.
- GUNDER FRANK, A. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KALMANOVITZ, S. *Teoría del desarrollo capitalista tardío*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1982.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LINERA, A. G. *Geopolítica de la Amazonía: poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2013.
- MARINI, R. M. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (org.). *La Teoría Social Latinoamericana*. Ciudad de México: El Caballito, 1995. 4 t.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRESPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MELO, A. C., CARDOSO, A. C. D. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. *Nova Economia*, v. 26, n. esp., p. 1211-1243, 2016.
- OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. Á. (org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Cedec, 1978.
- OXFORD ECONOMICS. Impacto econômico do Airbnb no Brasil. Oxford: Oxford Economics, 2023.
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- PAULANI, L. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 64, set./dez., p. 68-106, 2022.
- PESSANHA, R. M., SILVA NETO, R. (org.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes: WTC, 2004.
- POCHMAN, M. *O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Sesc, 2022.
- POCHMANN, M.; SILVA, L. C. *O Brasil no século XXI: desmodernização e desencadeamento intersetorial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

- POULANTZAS, N. *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PRADILLA, E. *Contribución a la crítica de la “teoría urbana”*. Del “espacio” a la “crisis urbana”. Ciudad de México: UAM-X, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Capital, Estado y vivienda en América Latina*. Ciudad de México: Editorial Fontamara, 1987.
- PRADILLA, E.; JIMÉNEZ, C. *Arquitectura urbanismo y dependencia neocolonial*. Buenos Aires: Siap, 1973.
- QUIJANO, A. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. *In: CASTELLS, M. (org.). Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- \_\_\_\_\_. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. *In: QUIJANO, A. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, [1968] 2014.
- RIBEIRO, L. C. de Q. *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.
- RIBEIRO, M. G. Desindustrialização nas metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, p. 1-25, jan. 2024.
- SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SASSEN, S. *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*. Tradução: Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SCHTEINGART, M. *Urbanización y dependencia en América Latina*. Buenos Aires: Sia, 1973.
- SCHULDT, J.; ACOSTA, A. Petróleo, rentismo y subdesarrollo ¿una maldición sin solución? *Nueva Sociedad*, n. 204, p. 71-89, 2006.
- SINGER, P. Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina. *In: CASTELLS, M. (org.). Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Debates latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo*. São Paulo: Elefante, 2023.
- TONIN, V. H. O circuito imobiliário na América Latina: dependência, neoliberalismo e ditadura no Chile. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- YASSU, A. *A reestruturação imobiliária e os arranjos escalares na (re)produção da metrópole: o caso de Cajamar-SP*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles: Letra Capital, 2021.
- ZIBECCHI, R. *Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo*. Consequência: Rio de Janeiro, 2017.



### **Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro**

Professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Pesquisador emérito da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordenador nacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrôpoles.

**Email:** lcqribeiro@gmail.com

**ORCID:** 0000-0001-9344-8135

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Investigação/Pesquisa; Escrita – Primeira Redação.

### **Nelson Diniz**

Professor do Departamento de Geografia (Licenciatura e Educação Básica) do Colégio Pedro II. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

**Email:** nelson.filho.1@cp2.edu.br

**ORCID:** 0009-0004-7492-5900

**Contribuição de autoria:** Investigação/Pesquisa; Escrita – Primeira Redação.

**Submissão:** 18 de junho de 2024.

**Aprovação:** 14 de novembro de 2024.

**Editores:** Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

**Como citar:** RIBEIRO, L. C. de Q.; DINIZ, N. A ordem urbano-regional na dependência rentista-neoextrativista: o caso do Brasil. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 27, E202512pt, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202512pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)